

Edição Especial
Aparecida, 01 de maio de 1977

SANTUÁRIO de Aparecida

SEMANÁRIO ANO/77 Nº 3803
Diretor Redator-chefe:
Pe. JOSÉ GERALDO RODRIGUES

PORTE PAGO
APT.-APARECIDA-SP
OSI - 433/73
ECT - DR.-SP

— documentos —

**“Exigências cristãs de
uma ordem política”**

da CNBB

**“Octogesima
adveniens”**

de Paulo VI

— documentos —

Apresentamos hoje para os leitores do "SANTUÁRIO de Aparecida" dois documentos, que merecem leitura e estudo. Um é do episcopado brasileiro, o outro, um documento pontifício.

O documento brasileiro é recente e teve larga repercussão no país e no exterior. Trata-se do documento "Exigências cristãs de uma ordem política". É de responsabilidade de todo o episcopado nacional, que o elaborou em sua assembléia de Itaici, em fevereiro último. O documento quer ser uma serena exposição do pensamento cristão sobre a ordem social e política. É síntese muito bem feita, que ajuda a tomar posição diante de tantos fatos e problemas da atualidade. Pensado para a realidade brasileira, o documento não é mero comentário sobre coisas nossas. Vai mais além e serve para a análise de situações semelhantes, em outras terras também. Nós o publicamos em nossa edição normal; mas, como a procura tem sido muito grande, sentimo-nos forçados a lançá-lo novamente, agora em edição especial.

O documento pontifício proposto para estudo é a carta apostólica "Octogesima adveniens", do Santo Padre, o Papa Paulo VI. Veio à luz para comemorar os 80 anos do aparecimento daquele grande documento social que foi a "Rerum Novarum", de Leão XIII.

Trata de forma concisa pontos diversos, que hoje preocupam a humanidade pelas consequências que trazem: urbanismo, mutações industriais, lugar dos jovens e das mulheres na nova sociedade, migrações, meios de comunicação, meio ambiente, etc. E, nesse mundo em transformação, situa a Igreja de hoje. É natural, portanto, que esse documento papal fosse muitas vezes citado nas "Exigências cristãs de uma ordem política".

Desejariamos que esses documentos provocassem estudo e debates. Que chegassem às mãos de todos os cristãos militantes de nossa terra — que são tantos! — trazendo-lhes novas inquietações e novas esperanças.

A Redação.

santuário de aparecida

Fundado em 10 de novembro de 1900.
Diretor Redator-chefe:
Pe. José Geraldo Rodrigues
Propriedade: Padres Redentoristas
Redação e Oficina: Editora Santuário
Rua Padre Claro Monteiro, 342
Telefones: 528 e 738
12.570 — Aparecida — SP.
Assinatura anual: Cr\$ 85,00
Número avulso em Aparecida: Cr\$ 2,00

Pagamento de Assinatura nova ou renovada:
(Cheque ou Vale Postal ou Valor Declarado)
Jornal "SANTUÁRIO de Aparecida" fone 314
Praça Nossa Senhora Aparecida, 292
12.570 — Aparecida — SP.

Cada domingo é celebrada a Santa Missa às 8 horas na igreja nova pelos assinantes do "SANTUÁRIO de Aparecida".

CNBB

Exigências cristãs de uma ordem política

Íntegra do documento "Exigências cristãs de uma ordem política", aprovado pela 15ª Assembléia-Geral da CNBB reunida em Itaici, de 8 a 17 de fevereiro de 1977.

INTRODUÇÃO

Por ocasião do 25º aniversário da CNBB, no décimo aniversário da "Populorum Progressio", reunidos em nossa 15ª Assembléia-Geral, nós, bispos do Brasil, como pastores do povo de Deus, muito embora reconhecendo nossas limitações e fraquezas, sentimos-nos no direito e no dever de fazer chegar nossa palavra a esse mesmo povo, porque todos somos chamados a construir uma nação sempre mais justa, sempre mais fraterna e, por isto mesmo, sempre mais cristã. Em outros momentos difíceis, temos nos pronunciado. Também agora julgamos dever pronunciar-nos, enunciando princípios éticos e cristãos que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas que preocupam o nosso país. Pastores da Igreja, pretendemos apenas que nossas palavras, inspiradas unicamente no amor que nos une a Deus e em Deus a nossos irmãos, sejam fraternas, claras e justas na enunciação das exigências cristãs de uma ordem política.

A SALVAÇÃO INAUGURADA POR CRISTO

O próprio Verbo Encarnado... entrou, como homem perfeito, na história do mundo assumindo-a e recapitulando-a... O seu reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o senhor, ele se consumará" (G.S. (1) nº 38,39).

1. Comunicando-se aos homens de muitas maneiras, Deus o fez principalmente através de seu próprio Filho (Hbr 1,1-2), que se tornou nosso irmão. O mistério da encarnação confere, assim, a todos os homens, sem discriminação, uma dignidade nova e inalienável: todos são chamados a um destino eterno, prefigurado na ressurreição de Jesus.
2. Pela presença de Cristo Jesus na história humana, toda ela assume o sentido pleno de realização do desígnio salvador de Deus: A salvação torna-se deste modo, a única ordem real. A partir dela, todo mal é pecado ou consequência do pecado, e todo bem é fruto da graça. Toda ação humana tem, assim, uma referência objetiva à salvação.

A MISSÃO DA IGREJA

"No campo social, a Igreja sempre teve uma dupla preocupação: iluminar os espíritos... e entrar na ação para difundir as energias do Evangelho" (Oct. Adv., (2) nº 48).

3. Jesus mandou que a Igreja anunciasse e promovesse a salvação. Em plenitude, ela será vivida na casa do Pai. Mas já deve começar aqui na terra a manifestar os seus frutos pelo amor e pela fraternidade. No desempenho de sua missão, a exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os pobres (Mt 11,5; Lc 4,18), cuja situação de miséria é eloquente testemunho do pecado que se instala no coração do homem, contaminando toda a sua vida individual, familiar e social (G.S., nº 13).

4. Realizando a sua missão, a Igreja busca orientar-se pelos critérios da fé, que complementam os postulados da razão e natureza humana. Mostra o sentido último do homem e do mundo à luz da ressurreição de Cristo, manifestação definitiva do sentido da história. Para a Igreja, a fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política.

5. A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós, pastores, temos consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

6. Salvaguardando a legítima autonomia das realidades terrestres, sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade e, sem pretender fazer um balanço crítico da mesma, alertar para os riscos, estimular o que há de bom e positivo, encorajando o esforço de todos os que se empenham na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

O HOMEM SER SOCIAL

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política" (Oct. Adv. nº 24).

7. O homem, criado por Deus, é um ser naturalmente social. Precisa associar-se a seus semelhantes para criar os bens indispensáveis ao seu desenvolvimento normal.

8. Alguns destes bens lhe são garantidos pelo grupo familiar ou sociedade doméstica; outros lhe são garantidos pelas mais diversas instituições ou formas de associação por ele livremente criadas para responderem a suas necessidades de natureza econômica, social, cultural e religiosa.

A ORIGEM DA SOCIEDADE POLÍTICA

9. Além destas necessidades específicas, as pessoas, as famílias, as instituições experimentam urgentes necessidades de caráter mais geral, como a necessidade de paz baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum.

10. Para atender a estas necessidades de caráter mais geral, os homens associam-se em comunidades mais amplas e criam a sociedade política, representada pelo Estado, responsável, assim, pelo bem comum geral ou pelo bem público dos indivíduos, das famílias e das instituições.

11. O Estado, em sua acepção moderna, como organização da autoridade política, é uma instância relativamente recente na história da evolução da humanidade; muito antes dele, já existiam pessoas humanas, famílias e instituições, com deveres e obrigações definidas e com direitos naturais e inalienáveis.

OS MODELOS

"Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente, e a busca continua" (Oct. Adv. nº 24).

12. Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indevida ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

13. A Igreja, pela sua hierarquia, não se atribui funções que não lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas anuncia alguns princípios básicos visando ao aperfeiçoamento dos modelos. Entretanto a fé não pode ser instrumentalizada a serviço de uma ideologia, nem o cristianismo reduzido a um fenômeno cultural, em nome de cujos valores se pretenda falar para justificar doutrinas que lhe são alheias, ideologias ou modelos.

DIREITOS E DEVERES DO ESTADO

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários" (Oct. Adv., nº 46).

14. Não é o Estado que outorga esses direitos às pessoas, às famílias e aos grupos intermediários. Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que eles, isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado.

15. No nível dos fins, o Estado ordena-se à pessoa. Essa, como sujeito de direitos naturais inalienáveis, é

origem, centro e fim da sociedade. No nível da execução deste fim, as pessoas subordinam-se ao Estado, que dispõe de autoridade para urgir a colaboração de todos no esforço comum. Em virtude desta autoridade, que tem sua justificação nos planos de Deus, sendo o homem "por sua natureza íntima, um ser social" (G.S., nº 12), o Estado pede tudo aquilo e só aquilo que é exigido e útil para a realização do bem comum.

16. É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum.

17. É nesse direito que se funda a força da autoridade do Estado. Toda força exercida à margem e fora do direito é violência. Um estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos e têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente.

18. Assim como a Igreja deve respeitar os direitos naturais ou inerentes ao Estado legitimamente constituído, igualmente o Estado tem o dever de respeitar a liberdade religiosa das pessoas, bem como o direito divino que a Igreja tem de anunciar o Evangelho sem constituir-se em árbitro da ortodoxia da doutrina por ela anunciada.

DEVERES DAS PESSOAS PARA COM O ESTADO

"Entre os deveres de todos os cidadãos, é preciso lembrar o dever de prestar à nação os serviços... exigidos pelo bem comum" (G.S., nº 75).

19. Em correlação com seus direitos, e na medida em que eles forem assegurados pelo Estado, as pessoas e os grupos têm, também, deveres cívicos e morais para com a comunidade política, representada pelo Estado. Tais deveres se exprimem em todas as justas prestações exigidas pelo Estado para a realização do bem comum, tais como: os deveres políticos, os deveres fiscais e o reconhecimento das autoridades legitimamente constituídas e consequente obrigação de respeito e obediência às mesmas. Não pode, porém, o Estado impor deveres que ferem direitos fundamentais da pessoa humana.

O BEM COMUM

"O bem comum compreende o conjunto das condições de vida que permitam aos homens, às famílias e às instituições conseguir... a própria perfeição" (G.S., nº 74).

20. O bem comum é o conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Assim, a característica essencial do bem comum é, precisamente, que seja comum a todos, sem discriminações culturais, sociais, religiosas, raciais, econômicas, políticas ou partidárias.

21. De acordo com o princípio da subsidiariedade, compete ao Estado promover os grupos intermediários e não se substituir a eles, nem limitar-lhes as iniciativas que não são contrárias ao bem comum. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficariam

facilmente expostas ao arbítrio do Estado, que, assim, ou destruiria as instituições ou as reduziria à condição de meros transmissores das exigências e da ideologia de um sistema.

A MARGINALIZAÇÃO COMO NEGAÇÃO DO BEM COMUM

"Não é ilícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (Pop. Progr., (3) nº 33).

22. A existência, em vastas regiões, do fenômeno da marginalização é prova da não realização do bem comum; entre outras causas, a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos, e não em função dos interesses de todo o povo.

23. A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto. É ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

24. A correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo.

A PARTICIPAÇÃO

"Uma dupla aspiração do homem se exprime cada vez mais viva, na medida em que ele desenvolve sua informação e educação: aspiração à igualdade e aspiração à participação, duas formas de dignidade do homem e de sua liberdade" (Oct. Adv. nº 24).

25. Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa.

26. A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, bem como o "de conferir a essas associações a forma que a seus membros parecer mais idônea à finalidade almejada" (P in T 4 nº 23), contanto que não atentem contra o bem comum.

27. A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

28. A participação deve ser exercida e aceita com lealdade, mesmo quando, explicitando os anseios do povo e suas necessidades prementes, desempenhe uma função crítica construtiva.

29. A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo às dos estudantes, intelectuais, artistas, lavradores e líderes populares.

30. A liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais, dentro do ideal democrático, é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas bem ordenadas. Só esta liberdade garante o direito à oposição, à possibilidade do debate sobre as alternativas do destino de uma nação. Sem esta liberdade, o próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça à ordem pública, tornando-se objeto de ação repressiva. Uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativas nas exigências do bem comum e levaria, rapidamente, à perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal.

31. Só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais, de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção.

32. A participação se exercita através do uso responsável da liberdade, que é um direito inalienável e um dever para todos. Este uso não se confunde com a permissividade que deve ser coibida precisamente em nome da liberdade e da ordem pública, visto que a permissividade precipita os homens e as famílias em formas degradantes de escravidão moral.

LIBERDADE E SEGURANÇA

"Trata-se de construir um mundo no qual a liberdade não seja uma palavra vã" (Pop. Progr., nº 47).

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum na medida em que garante, externamente, as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do País contra interferências indébitas e garante, internamente, a tranquilidade pública, a sequência normal da vida da nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira paz, como consequência positiva de colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso, não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um sistema e a Nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema. Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem-intencionadas que sejam as pessoas que participam em um governo, dificilmente poderão se libertar dos princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Oct. Adv., nº 36).

OS REGIMES DE EXCEÇÃO

"Da ordem jurídica desejada por Deus deriva o direito inalienável do homem a uma segurança jurídica protegida contra toda intrusão arbitrária" (Pio XII, Natal, 1942).

40. Toda sociedade política atravessa momentos de crise, que podem ameaçá-la de desintegração. A superação de tais momentos exige, por vezes, regimes de exceção, que reconstituam as condições normais de funcionamento de toda a sociedade. A lógica mesma desta condições exige que a exceção não se torne regra permanente e ilimitada.

41. Quando se inspiram numa visão da ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente. Perde-se assim de vista que o desenvolvimento integral é que fornece os meios de proteção indispensáveis contra os riscos que ameaçam a ordem pública.

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO

"O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral" (Pop. Progr., nº 14).

42. A resposta ao desafio do desenvolvimento resume as exigências concretas do bem comum, para os países subdesenvolvidos. Tal resposta implica obviamente num processo de mudança. Este processo, no entanto, está sujeito a imperativos éticos que subordinam o desenvolvimento ao objetivo fundamental do ser mais do homem e de todos os homens.

43. O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. A experiência demonstra que o desenvolvimento econômico não se traduz necessariamente em desenvolvimento social. O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma nação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprios uma afronta à justiça e à equidade.

44. A promoção do desenvolvimento constitui um imperativo moral que obriga a todos da mesma forma que as exigências do bem comum. Ninguém pode furar-se a essa obrigação.

45. O desafio do desenvolvimento impõe sacrifícios que, salvo em casos excepcionais, não são assumidos espontaneamente pela nação. Nestas condições, um regime autoritário, que defere ao poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão, pode atender melhor às urgências do bem comum. Para que tal regime, porém, não sucumba ao risco de evoluir para regime totalitário, é indispensável que se preservem e respeitem a liberdade e a dignidade dos outros poderes, do Legislativo e do Judiciário, no desempenho de suas funções constitucionais.

46. Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas.

47. O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não-contáveis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa, como os expressos no "habeas-corpus", quando dispõe de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermediárias e ao direito de auto-organização das instituições sociais como os partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrárias de censura; quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade.

Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos, é poder viver na paz e na fraternidade, é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

A COMUNIDADE INTERNACIONAL

"O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade" (Pop. Progr. nº 43).

48. As decisões políticas não podem ser ditadas por ambições, hegemônicas, nem tão pouco se inspirar exclusivamente em interesses egoístas que perdessem de vista os imperativos de uma justiça supranacional. Com efeito, todas as nações do mundo são hoje solidárias num destino comum: ou, estimulando formas sempre mais sofisticadas do consumo e permitindo uma exploração predatória da natureza, caminham para um colapso global; ou, decidindo aceitar formas de realização humana a níveis de consumo mais austeros e mais igualitários, garantem a sobrevivência da humanidade.

CONCLUSÃO

Enquanto contemplamos com sincera preocupação pastoral a complexidade dos problemas da nossa realidade terrena, volvemos ao mesmo tempo um olhar de esperança a Deus, "Pai das luzes, de cujas mãos vêm todas as bênçãos e toda a possibilidade de fazer o bem", (Tg 1,17), e para todos homens de boa vontade, para todos aqueles que, nas mais diversas posições e situações, trabalham, lutam, sofrem e esperam por uma ordem política sempre mais cristã. A todos queremos, como bispos do Brasil, levar a nossa solidariedade, a nossa mensagem e a nossa esperança. Imploremos a Deus Nosso Senhor, na oração e na penitência e tenhamos certeza de que, olhando para Jesus Cristo, Mestre dos corações e Senhor da história e unidos a ele, "viveremos de acordo com a verdade e cresceremos em tudo pela caridade" (Ef 4,15), sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Mãe, Rainha e Protetora do Brasil".

(1) "Gaudium et Spes" — comunicação do Concílio Vaticano II, divulgada em 1966 e traduzida como "A Igreja no Mundo Moderno". É uma ampla exposição da Doutrina Social da Igreja, com observações a respeito da maioria dos problemas sociais do mundo contemporâneo.

(2) "Octogesima Adveniens" — encíclica do Papa Paulo VI, apresentada em 1971, onde se trata de algumas questões sociais ligadas ao direito de participação dos seres humanos e se apresenta um esquema para uma ação política verdadeiramente cristã. Sua tradução — "Problemas Sociais" — não é muito usada.

(3) "Populorum Progressio" — encíclica também do Papa Paulo VI, divulgada em 1967. Foi traduzida como "O Desenvolvimento dos Povos" e aborda a problemática do "verdadeiro desenvolvimento", referindo-se à tese do desenvolvimento integral, defendida pela Igreja, juntamente com uma análise dos problemas enfrentados pelos países do chamado Terceiro Mundo.

(4) "Pacem in Terris" — datada em 1963, esta encíclica do Papa João XXIII foi traduzida literalmente — "Paz sobre a Terra" — e é apresentada como uma carta dos direitos do homem.

ASSINE E DIVULGUE O JORNAL DE NOSSA SENHORA

O jornal SANTUÁRIO de Aparecida é o jornal de Nossa Senhora que vai para todo o Brasil.

Trata-se de um jornal publicado semanalmente pelos Missionários Redentoristas.

De Aparecida é enviado para milhares de famílias, em todos os estados do Brasil.

E custa apenas Cr\$ 85,00 por ano.

Você que é assinante já renovou sua assinatura?

E você que não assina, não quer assinar também? Recebendo o jornal, todas as semanas, você terá notícias religiosas do Brasil e do Mundo; você terá muito assunto de religião. No jornal você encontrará também semanalmente um tema de círculo bíblico para suas reuniões em comunidade.

Veja quantas vantagens!

Não perca tempo. Assine e convide seu amigo a assinar também.

Basta preencher o cupom abaixo e enviá-lo junto com um cheque de qualquer Banco ou um Vale Postal ou Valor Declarado na importância de Cr\$ 85,00. Pronto! Você terá o jornal em sua casa todas as semanas.

(Se você não quiser recortar o jornal, escreva numa folha à parte seu endereço e envie para Aparecida.)

Envie para:

Jornal SANTUÁRIO
Caixa Postal, 4
12.570 — Aparecida — SP.

Nome

Rua nº

CEP Cidade Est.

OCTOGESIMA ADVENIENS

PAULO VI

Carta Apostólica de sua Santidade o Papa Paulo VI ao Senhor Cardeal Maurício Roy, Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão Pontifícia "Justiça e Paz", por ocasião do 80º aniversário da Encíclica "Rerum Novarum".

INTRODUÇÃO

Senhor Cardeal:

1. O 80º aniversário da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, cuja mensagem continua a inspirar a ação em ordem à justiça social, anima-Nos a retomar e a prosseguir o ensino dos Nossos Predecessores, em resposta às necessidades novas de um mundo em transformação. A Igreja caminha, de fato, juntamente com a humanidade e compartilha a sua sorte no seio da História. Ao anunciar aos homens a Boa-Nova do amor de Deus e da salvação em Cristo, ela ilumina também a sua atividade com a luz do Evangelho e ajuda-os, deste modo, a corresponderem aos desígnios do mesmo amor de Deus e a realizarem a plenitude das suas aspirações.

O apelo universal por mais justiça

2. Com confiança, Nós vemos o Espírito do Senhor a prosseguir a sua obra no coração dos homens e a congregar por toda a parte comunidades cristãs, conscientes das suas responsabilidades na sociedade. Em todos os continentes, entre todas as raças, nações e culturas, e no meio de todos os condicionalismos, o Senhor continua a suscitar apóstolos autênticos do Evangelho.

Foi-Nos dada a oportunidade de os encontrar, de os admirar e de os encorajar, no decorrer das Nossas recentes viagens. Contactamos com as multidões e pudemos ouvir os seus apelos, gritos de angústia e de esperança ao mesmo tempo. Nessas ocasiões, apresentaram-se-Nos com uma evidência nova os graves problemas do nosso tempo, como peculiares, é certo, de cada região, mas, não obstante, comuns a uma humanidade que se interroga a si mesma sobre o seu futuro e sobre a orientação e o significado das mudanças que estão a operar-se. Diferenças flagrantes subsistem no desenvolvimento económico, cultural e político das nações: ao lado de regiões fortemente industrializadas, outras, nesse aspecto, encontram-se ainda no estado agrícola; ao lado de países que gozam de bem-estar, outros lutam ainda contra a fome; ao lado de povos com um nível cultural elevado, outros continuam ainda empenhados em eliminar o analfabetismo. De todas as partes, porém, se nota o aparecimento de uma aspiração a mais justiça e se eleva o desejo de uma paz melhor assegurada, num clima de respeito mútuo entre os homens e entre os povos.

A diversidade das situações dos cristãos no mundo

3. Sem dúvida que são muito diversas as situações nas quais, voluntária ou forçosamente, se encontram comprometidos os cristãos, conforme as regiões, conforme os sistemas sócio-políticos e conforme as culturas. Numas partes, eles têm de ficar reduzidos ao silêncio e são olhados com suspeição e, por assim dizer, postos à margem da sociedade, apesar de enquadrados, sem liberdade, num sistema totalitário. Noutras partes, eles constituem fracas minorias, cuja voz dificilmente se faz ouvir. Noutras nações, ainda, onde a Igreja vê reconhecido o seu lugar e por vezes de ma-

neira oficial, ela própria se acha sujeita às repercussões da crise que abala a sociedade, de modo que alguns dos seus membros são tentados a optarem por soluções radicais e violentas, das quais eles creem poder esperar soluções mais felizes. E, enquanto outros, inconscientes das injustiças presentes, se esforçam por manter a situação existente, outros, enfim, deixam-se fascinar por ideologias revolucionárias, que lhes prometem, não sem ilusão, um mundo definitivamente melhor.

4. Perante situações, assim tão diversificadas, torna-se-Nos difícil tanto o pronunciar uma palavra única, como o propor uma solução que tenha um valor universal. Mas isso não é ambição Nossa, nem mesmo a Nossa missão. É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objetividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-la, com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre o haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação, na doutrina social da Igreja, tal como ela tem vindo a ser elaborada, no decurso da História, e, especialmente, nesta era industrial, a partir da data histórica da mensagem de Leão XIII sobre "a condição dos operários", da qual Nós temos a honra e a alegria de celebrar hoje o aniversário. A essas comunidades cristãs incumbe discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e económicas que se apresentam como necessárias, com urgência, em não poucos casos. Nesta procura diligente das mudanças a promover, os cristãos deverão, antes de mais nada, renovar a sua confiança na força e na originalidade das exigências evangélicas. O Evangelho, de fato, não está ultrapassado, pela circunstância de ter sido anunciado, escrito e vivido, num contexto sócio-cultural diferente. A sua inspiração, enriquecida pela experiência vivente da tradição cristã, ao longo dos séculos, permanece sempre nova, em ordem à conversão dos homens e do progresso da vida em sociedade, sem que, por outro lado, se possa utilizar a mesma em favor de opções temporais particulares, esquecendo a sua mensagem universal e eterna.¹

A mensagem específica da Igreja.

5. No meio das perturbações e das incertezas da hora atual, a Igreja tem uma mensagem específica a proclamar, um apoio a dar aos homens nos seus esforços por tomar as rédeas do seu futuro e orientá-lo. Passada a época em que a Encíclica "*Rerum Novarum*" denunciava, de maneira enérgica e categórica, o escândalo da condição operária, na sociedade industrial nascente, a evolução histórica fez com que tomasse consciência, como o reconheciam já as Encíclicas "*Quadragesimo Anno*"² e "*Mater et Magistra*"³, de outras dimensões e de outras aplicações da justiça social. O recente Concílio Ecuménico aplicou-se, por sua vez, a descobri-las, em particular na Constituição Pastoral "*Gaudium et Spes*". Nós próprio também já continuamos as orientações ali dadas, com a Nossa

Encíclica "Populorum Progressio": "Hoje, dizíamos então, o fato mais saliente, de que cada um deve tomar consciência, é que a questão social se tornou mundial".⁴ "Uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica, comporta para a Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a captarem todas as dimensões deste grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária, nesta viragem da história da humanidade".⁵

6. Caberá, depois, também ao próximo Sínodo dos Bispos, o estudar, ele próprio, mais em pormenor e aprofundar a missão da Igreja, diante das graves questões que levanta no nosso tempo a justiça no mundo. Entretanto, o aniversário da Encíclica "Rerum Novarum" proporciona-Nos hoje a ocasião para confiar-lhe, Senhor Cardeal, na sua qualidade de Presidente da Comissão "Justiça e Paz" e do Conselho dos Leigos, as Nossas preocupações e os pensamentos que Nos vão na alma. Quereríamos ainda, por este meio, encorajar estes organismos da Santa Sé na sua atividade de Igreja, ao serviço dos homens.

Amplidão das mutações atuais

7. Ao fazer isto, a Nossa finalidade — sem esquecer, por outro lado, os problemas permanentes já tratados pelos Nossos Predecessores — é chamar a atenção para algumas questões que, pela sua urgência, pela sua amplitude, pela sua complexidade, devem estar no centro das preocupações dos cristãos, para os anos que vão seguir-se, a fim de que, juntamente com os outros homens, eles se apliquem a resolver as novas dificuldades que põem em causa o próprio futuro do homem. Importa saber equacionar os problemas sociais, postos pela economia moderna — condições humanas de produção, equidade nas permutas de bens e na repartição das riquezas, significado das aumentadas necessidades de consumo e partilha das responsabilidades — num contexto mais amplo, de civilização nova.

Nas atuais mutações, tão profundas e tão rápidas, cada dia o homem se descobre como algo novo e interroga-se a si mesmo acerca do sentido do seu próprio ser e da sua sobrevivência coletiva. Hesitante em se há de recolher as lições de um passado, que reputa superado e demasiado diferente, ele tem, não obstante, necessidade de lançar luz sobre o seu porvir — porvir que ele antevê tão incerto quanto instável — com o recurso a verdades permanentes e eternas, que certamente o transcendem, mas de que pode, se o quiser fazer sinceramente, encontrar por si mesmo os vestígios.⁶

1. NOVOS PROBLEMAS SOCIAIS

A urbanização

8. Um fenômeno que ressalta atrai a nossa atenção, tanto nos países industrializados, como nas nações em vias de desenvolvimento: a urbanização.

Após longos séculos, a civilização agrícola perdeu o seu vigor. Será que se dispensa, de resto, uma atenção suficiente ao condicionamento e ao melhoramento da vida das populações rurais, cuja condição econômica inferior e, por vezes, miserável, provoca o êxodo em direção aos tristes amontoados dos subúrbios, onde não as esperam nem trabalho nem alojamento?

Este êxodo rural permanente, o crescimento industrial, o aumento demográfico contínuo e a atração dos centros urbanos determinam concentrações de população cuja amplitude se torna difícil de imaginar, dado que se começa já a falar de "megápoles", as quais reúnem em si dezenas de milhões de habitantes. Existem sem dúvida cidades cujas dimensões podem assegurar um melhor equilíbrio da população.

Susceptíveis de oferecer trabalho àqueles a quem os progressos da agricultura deixaram sem emprego, elas permitem um acomodamento do ambiente humano global, de molde a evitar a proliferação do proletariado e o amontoado das grandes aglomerações.

9. O crescimento desmesurado destas cidades acompanha a expansão industrial, sem contudo se confundir com ela. Baseada na pesquisa tecnológica e na transformação da natureza, a industrialização prossegue sem parar o seu caminho, dando mostras de um poder criador incessante. Ao mesmo tempo que certas empresas se desenvolvem e se concentram, outras morrem ou deslocam-se, criando-se, assim, novos problemas sociais: desemprego profissional ou regional, reconversão e mobilidade das pessoas, adaptação permanente dos trabalhadores, disparidade das condições nos diversos ramos industriais, etc. Uma competição desmedida, que utiliza os meios modernos de publicidade, lança sem cessar novos produtos e procura aliciar o consumidor; e então, as antigas instalações industriais, ainda que em funcionamento, ficam inutilizadas. E, assim, enquanto vastíssimas camadas da população não podem ainda satisfazer as suas necessidades primárias, emprega-se o engenho em criar as necessidades supérfluas. Poder-se-á, pois, perguntar com toda a razão, se, apesar de todas as suas conquistas, o homem não está a voltar contra si próprio os frutos da sua atividade. Depois de se ter assegurado um domínio necessário sobre a natureza⁷, não estará agora a tornar-se escravo dos objetos que ele mesmo fabrica?

Os cristãos na cidade

10. O aparecimento de uma civilização urbana, que acompanha o incremento da civilização industrial, não será, na realidade, um verdadeiro desafio lançado à sapiência do homem, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva? No seio da sociedade industrial, a urbanização transforma os modos de viver e as estruturas habituais da existência: a família, a vizinhança e os próprios moldes da comunidade cristã. O homem experimenta, assim, uma nova forma de solidão, não já frente a uma natureza hostil que ele levou séculos a dominar, mas no meio da multidão anônima que o rodeia e onde ele se sente como um estranho. Fase irreversível, sem dúvida, no desenvolvimento das sociedades humanas, a organização levanta ao homem problemas difíceis: como dominar o seu crescimento, regular a sua organização e conseguir a sua animação para o bem de todos?

Neste crescimento desordenado, novos proletariados começam a aparecer. Instalam-se no coração das cidades que os ricos por vezes abandonam; ou então acampam nos arrabaldes, molduras de miséria, que começam a importunar, numa forma de protesto ainda silenciosa, o luxo demasiado gritante das cidades do consumo e do esbanjamento. Assim, em lugar de favorecer o encontro fraterno e a entreajuda, a cidade, pelo contrário, desenvolve as discriminações e também as indiferenças; ela presta-se para novas formas de exploração e de domínio, em que uns especulam com as necessidades dos outros, disso auferindo lucros inadmissíveis. Por detrás das fachadas escondem-se muitas misérias, ignoradas mesmo pelos vizinhos mais próximos; outras estabelecem-se onde sobra a dignidade do homem: delinquência, criminalidade, droga, erotismo, etc.

11. São os mais fracos, efetivamente, que se tornam as vítimas das condições de vida desumanizadoras, degradantes para as consciências e perniciosas para a instituição da família: a promiscuidade nos alojamentos populares torna impossível um mínimo de intimidade; os lares jovens esperam em vão por uma habitação decente e a preço acessível, desmoralizando-se a pouco e pouco, de modo que a sua unidade

homens consideram injustificáveis e rejeitam como inadmissível a tendência para manter ou introduzir uma legislação ou tipos de comportamento, sistematicamente inspirados por preconceitos racistas: os membros da humanidade compartilham a mesma natureza e, por consequência, a mesma dignidade, com os mesmos direitos e os mesmos deveres fundamentais, assim como o mesmo destino sobrenatural. Dentro da mesma pátria comum, todos devem ser iguais perante a lei, poder encontrar um acesso igual à vida econômica, cultural, cívica ou social, e beneficiar de uma equitativa repartição da riqueza nacional.

Direito à emigração

17. O Nosso pensamento vai também para a situação precária de um grande número de trabalhadores emigrados, cuja condição de estrangeiros lhes torna assaz difícil toda a reivindicação social, da sua parte, não obstante a sua real participação no esforço econômico do país que os acolhe. É urgente que se procure superar, em relação a eles, uma atitude estritamente nacionalista, a fim de lhes criar um estatuto que reconheça um direito à emigração, favoreça a sua integração e lhes facilite a própria promoção profissional e lhes permita o acesso a uma habitação decente, em que possam vir a juntar-se-lhes, se for o caso, as suas famílias".¹¹

Têm uma certa relação com esta categoria as populações que, para poderem encontrar trabalho, escapar a uma catástrofe ou a um clima hostil, abandonam as suas próprias regiões e, depois, vêm a encontrar-se desenraizados nas outras para onde se deslocam. É dever de todos — e especialmente dos cristãos¹² — trabalhar energeticamente, para ser instaurada a fraternidade universal, base indispensável de uma justiça autêntica e condição de uma paz duradoura: "Não podemos invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à Sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do homem para com Deus Pai e a sua relação para com os outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: quem não ama, não conhece a Deus (1Jo 4,8)".¹³

Criar pontos de trabalho

18. Com o crescimento demográfico, muito acentuado sobretudo nas nações jovens, o número daqueles que não conseguem encontrar trabalho e se vêem obrigados a levar uma vida de miséria ou de parasitismo irá aumentar nos próximos anos, a menos que um rebote da consciência humana não venha a desencadear um movimento geral de solidariedade, para uma política eficiente de investimentos, de organização da produção e da comercialização, e, de igual modo, de formação. É do Nosso conhecimento a atenção que está a ser dispensada a estes problemas no grêmio das instituições internacionais; assim, resta-Nos formular votos ardentes por que não tarde o dia em que os seus membros possam conformar os próprios atos com as suas declarações.

Constitui motivo de inquietação verificar, neste campo, uma espécie de fatalismo que se apodera mesmo dos responsáveis. Um tal sentimento leva, por vezes, às soluções malthusianas apregoadas por uma propaganda ativa a favor da anticoncepção e do aborto. Nesta situação crítica, é preciso afirmar, ao contrário, que a família, sem a qual nenhuma sociedade pode subsistir, tem direito àquela assistência que lhe assegure as condições para uma sã expansão. "É certo, dizíamos na Nossa Encíclica 'Populorum Progressio', que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada e tomando medidas adequadas, desde que estas sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não exis-

te dignidade humana".¹⁴

19. Jamais, em época alguma, o apelo à imaginação social foi assim tão explícito. Impõe-se consagrar a esta causa esforços de invenção e capitais tão importantes como os que são consagrados ao armamento ou às conquistas tecnológicas. Se o homem se deixar ultrapassar e não prever a tempo e hora a emergência dos novos problemas sociais, estes tornar-se-ão demasiado graves para poder esperar-se para eles uma solução pacífica.

Os meios de comunicação social

20. Entre as mudanças maiores do nosso tempo, Nós não queremos deixar de salientar a importância crescente que assumem os meios de comunicação social e o seu influxo na transformação das mentalidades, dos conhecimentos, das organizações e da própria sociedade. Eles têm sem dúvida muitos aspectos positivos: graças a eles, chegam até nós, quase instantaneamente, as informações do mundo inteiro, criando um contacto que elimina as distâncias e elementos de unidade entre todos os homens, e facultando uma difusão mais extensa da formação e da cultura.

Entretanto, estes mesmos meios de comunicação social, pela sua própria ação, chegam a representar como que um novo poder. E como não interrogar-se, então sobre os detentores reais de tal poder, sobre as finalidades que eles intentam, sobre os meios que eles adotam e, enfim, sobre a repercussão da sua mesma ação, quanto ao exercício das liberdades individuais, tanto no domínio político e ideológico, como na vida social, econômica e cultural? Sobre os homens que detêm este poder pesa uma grave responsabilidade moral, pelo que respeita à verdade das informações que devem difundir, pelo que respeita às necessidades e às reações que eles suscitam e, ainda, pelo que respeita aos valores que eles propõem.

Mais ainda: com a televisão é um modo original de conhecimento e uma nova civilização que se esboça — a da imagem.

Naturalmente os poderes públicos não podem ignorar a potência crescente e a influência dos meios de comunicação social, bem como as vantagens e riscos que o seu uso comporta para a comunidade civil, e, ainda, o seu desenvolvimento e real aperfeiçoamento. São eles, portanto, chamados a desempenhar a própria função positiva de bem comum, encorajando todas as expressões construtivas, auxiliando cada um dos cidadãos e dos grupos, na defesa dos valores fundamentais da pessoa e da convivência humana e, também, atuando de tal maneira que se evite, oportunamente, a difusão de tudo aquilo que vá atingir o patrimônio comum dos valores, sobre os quais se funda o progresso civil bem ordenado.¹⁵

O meio ambiente

21. À medida que o horizonte do homem assim se modifica, a partir das imagens que se selecionam para ele, uma outra transformação começa a fazer-se sentir, consequência tão dramática quanto inesperada da atividade humana. De um momento para outro, o homem toma consciência dela: por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só já o ambiente material se torna uma ameaça permanente — poluições e resíduos, novas doenças, poder destruidor absoluto — é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se-lhe insuportável. Problema social de envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana.

O cristão deve voltar-se para estas percepções novas, para assumir a responsabilidade, juntamente com os outros homens, por um destino, na realidade, já comum.

2. ASPIRAÇÕES FUNDAMENTAIS E CORRENTES DE IDÉIAS

22. Ao mesmo tempo que o progresso científico e técnico continua a alterar profundamente a paisagem do homem, bem como os seus próprios modos de conhecer, de trabalhar, de consumir e de ter relações, exprime-se, cada vez mais nítida, nestes novos contextos, uma dupla aspiração, mais viva à medida que se desenvolvem a sua informação e a sua educação: a aspiração à igualdade e a aspiração à participação; trata-se de dois aspectos da dignidade do homem e da sua liberdade.

Vantagens e limitações dos reconhecimentos jurídicos

23. No sentido de poder vir a ser inscrita na ordem da ação prática e nas estruturas esta dupla aspiração, alguns progressos foram feitos já tanto ao enunciar os direitos do homem, como ao procurar estabelecer acordos internacionais para a aplicação destes direitos.¹⁶ Mas, entretanto, as discriminações — étnicas, culturais, religiosas, políticas... — renascem continuamente. Na realidade, os direitos humanos permanecem ainda muitíssimas vezes sem ser reconhecidos, se não são mesmo ludibriados, ou então, o respeito que se lhes volta é puramente formal. Em muitos casos a legislação acha-se atrasada, em relação às situações reais. Depois, muito embora necessária, ela demonstra-se insuficiente para estabelecer verdadeiras relações de justiça e de igualdade. O Evangelho, ao ensinar-nos a caridade, inculca-nos o respeito privilegiado pelos pobres e faz-nos ver a sua situação particular na sociedade: os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poderem colocar, com mais liberalidade, os seus bens ao serviço dos outros. Se efetivamente, para além das regras jurídicas, falta um sentido profundo ao serviço de outrem, mesmo a legalidade perante a lei poderá servir de alibi para flagrantes discriminações, para se manterem explorações e para um desprezo efetivo. Sem uma renovada educação, no que se refere à solidariedade, uma excessiva afirmação da igualdade pode dar azo a um individualismo em que cada qual reivindica os seus direitos, sem querer ser responsável pelo bem comum.

Quem não vê a contribuição capital, neste campo, do espírito cristão, o qual, de resto, vai ao encontro das aspirações do homem a ser amado? "O amor do homem, primeiro valor da ordem terrestre", garante as condições da paz, tanto social como internacional, ao afirmar a nossa fraternidade universal.¹⁷

A sociedade política

24. A dupla aspiração — à igualdade e à participação — procura promover um tipo de sociedade democrática. Diversos modelos foram propostos e alguns deles ensaiados; nenhum deles, porém, proporciona completa satisfação; e, por isso, a busca permanece aberta, entre as tendências ideológicas e pragmáticas. O cristão tem o dever de participar também ele nesta busca diligente, na organização e na vida da sociedade política. Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares que exigem, como seu complemento e como condição necessária para o próprio desenvolvimento, uma sociedade mais ampla de características universais, a sociedade política. Toda a atividade privada deve enquadrar-se nesta sociedade ampliada e toma, por isso mesmo, a dimensão do bem comum.¹⁸

Isto, de per si, já diz bem qual a importância de uma educação para a vida em sociedade, em que, para além da informação sobre os direitos de cada um, seja recordado também o seu necessário correlativo: o reconhecimento dos deveres de cada um em relação aos outros. O sentido e a prática do dever são, por sua vez, condicionados pelo domínio de si mesmo, pela aceitação das responsabilidades e das limitações impostas ao exercício da liberdade do indivíduo ou do grupo.

25. A ação política — será necessário acentuar que se trata prevalentemente de uma ação e não de uma ideologia? — deve ter como base de sustentação um esquema de sociedade, coerente nos meios concretos que escolhe e na sua inspiração, a qual deve alimentar-se numa concepção plena da vocação do homem e das suas diferentes expressões sociais. Não compete nem ao Estado, nem sequer aos partidos políticos que estivessem fechados sobre si mesmos, procurarem impor uma ideologia, por meios que viessem a redundar em ditadura dos espíritos, a pior de todas. É sim aos grupos culturais e religiosos — salvaguardada a liberdade de adesão que eles pressupõem — que assiste o direito de, pelas suas vias próprias e de maneira desinteressada, desenvolverem no corpo social essas convicções supremas, acerca da natureza, da origem e do fim do homem e da sociedade.

Neste ponto, é oportuno recordar o princípio proclamado no recente Concílio II do Vaticano: "A verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força de verdade, que penetra nos espíritos, ao mesmo tempo suave e fortemente".¹⁹

Ideologias e liberdade humana

26. Também para o cristão é válido que, se ele quiser viver a sua fé numa ação política, concebida como um serviço, não pode, sem se contradizer a si mesmo, aderir a sistemas ideológicos ou políticos que se oponham radicalmente, ou então nos pontos essenciais, à sua mesma fé e à sua concepção do homem: nem à ideologia marxista, ou ao seu materialismo ateu, ou à sua dialética da violência, ou, ainda, àquela maneira como ele absorve a liberdade individual na coletividade, negando, simultaneamente, toda e qualquer transcendência ao homem e à sua história, pessoal e coletiva; nem à ideologia liberal, que crê exaltar a liberdade individual, subtraindo-a a toda a limitação, estimulando-a com a busca exclusiva do interesse e do poderio e considerando, por outro lado, as solidariedades sociais como conseqüências, mais ou menos automáticas, das iniciativas individuais, e não já como um fim e um critério mais alto do valor e da organização social.

27. Será necessário sublinhar a possível ambigüidade de toda e qualquer ideologia social? Uma vez, elas reduzem a ação política ou social a ser simplesmente a aplicação de uma idéia abstrata, puramente teórica; outras vezes, é o pensamento que se torna instrumento ao serviço da ação, como um simples meio de uma estratégia. Em ambos os casos não será o homem que corre o risco de ficar alienado? A fé cristã situa-se num plano superior e, algumas vezes, oposto ao das ideologias, na medida em que ela reconhece Deus, transcendente e criador, o qual interpela o homem como liberdade responsável, através de toda a gama do criado.

28. Existiria o perigo também em aderir a uma ideologia que não tivesse na sua base uma doutrina verdadeira e orgânica e em refugiar-se nela como se se tratasse de uma explicação cabal e suficiente de tudo, e de arranjar, de tal modo, para si mesmo, um novo ídolo, de que se aceita, por vezes sem disso dar-se conta, o caráter totalitário e constrangedor. E pensa-se encontrar nisso uma justificação para o próprio agir, mesmo que este seja violento, uma adequação para um desejo generoso de serviço; este permanece, mas deixa-se absorver numa ideologia que — muito embora proponha certas vias de libertação para o homem — acaba finalmente por o escravizar.

29. Se em nossos dias se tornou possível falar de um recuo das ideologias, isso pode ser um tempo favorável a uma abertura para a transcendência concreta do cristianismo; entretanto, isso pode ser também o perigo mais acentuado de cair num novo positivismo: a

técnica universalizada como forma dominante de atividade, como um modo avassalador de existir, mesmo que o linguagem, sem que o problema do seu significado seja realmente posto.

Os movimentos históricos

30. Mas fora deste positivismo, que reduz o homem a uma só dimensão — ainda que esta seja hoje importante — e nisso o mutila, o cristão encontra no seu agir movimentos históricos concretos resultantes das ideologias e, por outro lado, distintos delas. Já o Nosso venerável Predecessor João XXIII, na *Pacem in Terris*, demonstrava que é possível fazer esta distinção. “Importa não identificar, escrevia ele, falsas teorias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem, com movimentos históricos, baseados numa finalidade econômica, social, cultural ou política, embora estes últimos tenham tido a sua origem e continuem a haurir a sua inspiração nessas teorias filosóficas. A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, não muda; ao passo que os movimentos, dado que têm por objeto condições concretas e mutáveis da vida, não podem deixar de sofrer o influo profundo dessa evolução. De resto, na medida em que estes movimentos estão em conformidade com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, quem ousará negar que neles possa haver elementos positivos e dignos de aprovação?”¹²⁰

A atração das correntes socialistas

31. Os cristãos, hoje em dia, sentem-se atraídos pelas correntes socialistas e pelas suas diversas evoluções. Eles procuram descobrir aí um certo número de aspirações, que acalentam em si mesmos, em nome da sua fé. Em determinado momento têm a sensação de estar inseridos numa corrente histórica e querem realizar aí uma tal ou qual ação. Mas sucede que, conforme os continentes e as culturas, esta corrente histórica assume formas diversas, sob um mesmo vocábulo; contudo, tal corrente foi e continua a ser, em muitos casos, inspirada por ideologias incompatíveis com a fé cristã. Impõe-se, por conseguinte um discernimento atento. Muito frequentemente, os cristãos atraídos pelo socialismo têm tendências para o idealizar, em termos muito genéricos, aliás: desejo de justiça, de solidariedade e de igualdade. Eles recusam-se a reconhecer as pressões dos movimentos históricos socialistas, que permanecem condicionados pelas suas ideologias de origem.

Entre os diversos escalões de expressão do socialismo — uma aspiração generosa e uma procura diligente de uma sociedade mais justa, movimentos históricos que tenham uma organização e uma finalidade política, ou, ainda, uma ideologia que pretenda dar uma visão total e autônoma do homem — devem fazer-se distinções, que não de servir para guiar as opções concretas. No entanto, essas distinções não devem ir até ao extremo de considerar esses diversos escalões de expressão do socialismo como completamente separados e independentes. A ligação concreta que, conforme as circunstâncias, existe entre eles, tem de ser lucidamente notada; e então, uma tal perspicácia permitirá aos cristãos estabelecer o grau de compromisso possível nessa causa, salvaguardados os valores, principalmente, de liberdade, de responsabilidade e de abertura ao espiritual, que garantam o desabrochamento integral do homem.

Evolução histórica do marxismo

32. Outros cristãos perguntam-se mesmo se uma evolução histórica do marxismo não permitiria algumas aproximações concretas. Eles verificam que se deu, de fato, uma certa explosão do mesmo marxismo, o qual, até agora, se apresentava como ideologia unitária, explicativa da totalidade do homem e do mundo no seu processo de desenvolvimento, e, portanto, atéia.

Com efeito, para além do contraste ideológico que põe frente-a-frente, separando-os oficialmente entre si, os vários defensores do marxismo-leninismo, com a sua interpretação prospectiva do pensamento dos fundadores; para além das oposições abertas entre os sistemas políticos que atualmente derivam o nome desse mesmo pensamento: há alguns que estabelecem distinções entre os diversos escalões de expressão do marxismo.

33. Para uns, o marxismo continua a ser, essencialmente, uma prática ativa da luta de classes. Por isso mesmo que têm a experiência vivida da força sempre presente e a renascer sem cessar, daquelas relações de dominação e de exploração entre os homens, estes que assim encaram o marxismo reduzem-no frequentemente a ser apenas a tal luta, por vezes sem nenhum outro objetivo; luta que é preciso prosseguir, e até mesmo suscitar, de modo permanente.

Para outros, o marxismo será prevalentemente o exercício coletivo dum poder político e econômico, sob a direção do partido único, que intenta ser, ele somente, expressão e garantia do bem de todos, subtraindo aos indivíduos e aos outros grupos toda e qualquer possibilidade de iniciativa e de escolha.

A um terceiro nível, o marxismo — quer esteja no poder, quer não — é algo que se relaciona com uma ideologia socialista, à base de materialismo histórico e de negação de tudo o que é transcendente.

Noutra perspectiva, finalmente, o marxismo apresenta-se sob uma forma mais atenuada e mais sedutora para o espírito moderno: como uma atividade científica, como um método rigoroso de exame da realidade social e política, ou ainda, como a ligação racional e experimentada pela história, entre o conhecimento teórico e a prática da transformação revolucionária. Se bem que este tipo de análise favoreça determinados aspectos da realidade, em detrimento dos outros, e os interprete em função da ideologia, ele proporciona entretanto a alguns, com um instrumento de trabalho, uma certeza preliminar para a ação: a pretensão de decifrar, sob um prisma científico, as molas reais da evolução da sociedade.

34. Se nesta gama do marxismo, tal como ele é vivido concretamente, se podem distinguir estes diversos aspectos e as questões que eles levantam aos cristãos para a reflexão e para a ação, seria ilusório e perigoso mesmo chegar-se ao ponto de esquecer a ligação íntima que os une radicalmente, e de aceitar os elementos de análise marxista sem reconhecer as suas relações com a ideologia, e ainda, de entrar na prática da luta de classes e da sua interpretação marxista, esquecendo-se de atender ao tipo de sociedade totalitária e violenta, a que conduz este processo.

A ideologia liberal

35. Por outro lado, assiste-se também a uma renovação da ideologia liberal. Esta corrente procura afirmar-se tanto em nome da eficiência econômica, como para defender o indivíduo contra os cometimentos cada vez mais invasivos das organizações, como, ainda, contra as tendências totalitárias dos poderes políticos. E certamente que a iniciativa pessoal é de conservar e de desenvolver. Mas os cristãos que se comprometem nesta linha não terão também eles tendência para idealizar o liberalismo, o qual se torna então uma proclamação em favor da liberdade? Eles quereriam um modelo novo, mais adaptado às condições atuais, esquecendo facilmente de que, nas suas próprias raízes, o liberalismo filosófico é uma afirmação errônea da autonomia do indivíduo, na sua atividade, nas suas motivações e no exercício da sua liberdade. Isto equivale a dizer que a ideologia liberal exige igualmente da parte deles um discernimento atento.

O discernimento cristão

36. Nesta estimativa renovada das ideologias, o cristão haurirá nas fontes da sua fé e no ensino da Igreja os princípios e os critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes. Contornando, pois, todo e qualquer sistema, sem por outro lado deixar de se comprometer concretamente, ao serviço dos seus irmãos, o cristão deve procurar afirmar, no âmago mesmo das suas opções, aquilo que é específico da contribuição cristã, para uma transformação positiva da sociedade.²¹

O renascer das utopias

37. Nos nossos dias, aliás, as fraquezas das ideologias são melhor conhecidas através dos sistemas concretos, nos quais elas procuram passar à realização prática. Socialismo burocrático, capitalismo tecnocrático e democracia autoritária, manifestam a dificuldade para resolver o grande problema humano de viver juntamente com os outros, na justiça e na igualdade. Como poderiam eles, na verdade, evitar o materialismo, o egoísmo ou a violência que, fatalmente, as acompanham? Donde, uma contestação que começa a aparecer, mais ou menos por toda a parte, indício de um mal-estar profundo, ao mesmo tempo que se assiste ao renascer daquilo que se convencionou chamar as utopias. Estas pretendem resolver melhor do que as ideologias o problema político das sociedades modernas. Seria perigoso deixar de reconhecer que o apelo à utopia não passa muitas vezes de pretexto cómodo para quem quer evitar as tarefas concretas e refugiar-se num mundo imaginário. Viver num futuro hipotético é um alibi fácil para poder alijar as responsabilidades imediatas. Entretanto, é necessário reconhecê-lo, esta forma de crítica da sociedade existente provoca muitas vezes a imaginação prospectiva para, ao mesmo tempo, perceber no presente o possível ignorado, que aí se acha inscrito, e para orientar no sentido de um futuro novo; ela apóia, deste modo, a dinâmica social pela confiança que ela dá às forças inventivas do espírito e do coração humano; e, se ela não rejeita nenhuma abertura, ela pode encontrar também o apelo cristão.

Na verdade, o Espírito do Senhor, que anima o homem renovado em Cristo, altera sem cessar os horizontes onde a sua inteligência gostaria de encontrar segurança e onde de bom grado a sua ação se confiaria: uma força habita no mesmo homem que o convida a superar todos os sistemas e todas as ideologias. No coração do mundo permanece o mistério do próprio homem, o qual se descobre filho de Deus, no decurso de um processo histórico e psicológico em que lutam e se alternam violências e liberdade, peso do pecado e sopro do Espírito.

O dinamismo da fé cristã triunfa então dos cálculos mesquinhos de egoísmo. Animado pela virtude do Espírito de Jesus Cristo, Salvador dos homens, apoiado pela esperança, o cristão compromete-se na construção de uma cidade humana, pacífica, justa e fraterna, que possa ser uma oferenda agradável a Deus.²² Efetivamente, "a expectativa de uma terra nova não deve enfraquecer, mas antes estimular em nós a solicitude em cultivar esta terra, onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do século vindouro".²³

A interrogação das ciências humanas

38. Neste mundo, dominado pela mutação científica e técnica, que corre o risco de se deixar arrastar para um novo positivismo, uma outra dúvida se levanta, mais essencial. Depois de se ter submetido racionalmente a natureza, eis que é o próprio homem que se acha como que encerrado, ele mesmo, na sua racionalidade; também ele se torna objeto de ciências. As

"ciências humanas" estão hoje a colher triunfos significativos. Por uma parte, elas submetem a um exame crítico e radical os conhecimentos aceitos até agora, acerca do homem, por isso mesmo que estes se lhes apresentam ou como demasiado empíricos, ou como demasiado teóricos. Por outro lado, a necessidade metodológica é o "a-priori" ideológico levam-nas, muitas vezes, a isolar, de entre as situações mais variadas, alguns aspectos do homem e a dar-lhes, não obstante, uma explicação que pretende ser global, ou ao menos uma interpretação que desejaria ser totalizante, a partir de um ponto de vista meramente quantitativo ou fenomenológico. Esta redução científica deixa transparecer uma pretensão perigosa. Favorecer assim determinado aspecto da análise é mutilar o homem e, sob a aparência de um processo científico, torna-se incapaz de o compreender na sua totalidade.

39. É necessário que não se dispense menos atenção também à ação que as "ciências humanas" podem suscitar, ao darem origem à elaboração de modelos sociais, que se quereria em seguida impor, como tipos de comportamento, cientificamente comprovados. O homem pode tornar-se, sendo assim, objeto de manipulações, que orientem os seus desejos e as suas necessidades e modifiquem os seus comportamentos e até mesmo o seu sistema de valores. Não resta dúvida nenhuma que nisso se encerra um perigo grave, para as sociedades de amanhã e para o mesmo homem. Porque, se porventura todos se pões de acordo para construir uma sociedade nova, para vir a estar ao serviço do homem, ainda resta saber de qual homem se trata.

40. A suspeição das "ciências humanas" atinge o cristão mais do que quaisquer outros, mas não o encontra desprevenido. Por isso mesmo que, conforme escrevíamos na Encíclica *Populorum Progressio*, é nesse ponto preciso que se situa a contribuição específica da Igreja para as civilizações: "Comungando as melhores aspirações dos homens e sofrendo por os ver insatisfeitos, a Igreja deseja ajudá-los a alcançarem o seu desenvolvimento pleno; e, por isso, propõe-lhes o que ela possui como próprio: uma visão global do homem e da humanidade".²⁴ Seria o caso, então, de a Igreja contestar as "ciências humanas" e denunciar as suas atividades e a sua pretensão? Como sucede para as ciências da natureza, a Igreja deposita confiança nesta investigação e convida os cristãos a procurarem estar ativamente presentes nela.²⁵

Animados pela mesma exigência científica e pelo desejo de melhor conhecer o homem, mas ao mesmo tempo iluminados pelo vivo impulso da sua fé, os cristãos que se aplicam às "ciências humanas" devem procurar estabelecer um diálogo, que se preanuncia frutuoso, entre a Igreja e esse campo novo de descobertas. Obviamente cada uma das disciplinas científicas não poderá captar, na sua particularidade, senão um aspecto parcial, mas verdadeiro, do homem; a totalidade e o sentido, porém, escapam-lhe.

Entretanto, dentro de tais limites, as "ciências humanas" garantem uma função positiva que a Igreja de bom grado reconhece. Elas podem mesmo alargar as perspectivas da liberdade humana, abrindo-lhe um campo mais vasto, que os condicionamentos até agora notados não lhe deixariam sequer prever. Elas poderiam ajudar também a moral social cristã, a qual verá o seu campo limitar-se sempre que se trata de propor alguns modelos sociais como melhores; ao passo que a sua posição crítica e de transcendência sairá reforçada, ao mostrar o caráter relativo dos comportamentos e dos valores que determinada sociedade apresentava como definitivos e inerentes à própria natureza do homem. Condição, ao mesmo tempo indispensável e insuficiente, para uma melhor descoberta do humano, estas ciências são uma linguagem, cada vez mais complexa, mas que amplia, em vez de

diminuir o abismo do mistério do coração do homem e não lhe traz a resposta completa e definitiva ao desejo que sobe do mais profundo do seu ser.

A ambiguidade do progresso

41. Este conhecimento mais apurado do homem facultava uma crítica melhor e esclarece uma noção fundamental, que permanece na base das sociedades modernas, ao mesmo tempo como móvel, como medida e como objetivo: o progresso.

A partir do século XIX para cá, as sociedades ocidentais, e muitas outras, ao tomarem contacto com elas, depositaram a sua esperança num progresso sem cessar renovado e indefinido. Este progresso assim aparecia-lhes como o esforço de libertação do homem, pelo que respeita às necessidades da natureza e às pressões sociais; era como que a condição e a medida da liberdade humana. Difundido pelos modernos meios de informação e pela solicitação de saber e de consumo mais espalhada, o progresso tornou-se uma ideologia onipresente. No entanto, em nossos dias uma dúvida se levanta, tanto sobre o seu valor, como sobre as suas possibilidades de êxito. O que significa, realmente, esta busca inexorável de um progresso, que parece fugir sempre que se pensa tê-lo alcançado? Não dominado, o progresso deixa atrás de si a insatisfação. Com toda a razão, sem dúvida, se denunciaram já tanto as limitações como os efeitos perniciosos de um crescimento económico puramente quantitativo e se auspiciava alcançar também os objetivos de ordem qualitativa. A qualidade e a verdade das relações humanas, o grau de participação e de responsabilidade não são menos significativos e importantes para o dever da sociedade do que a quantidade e a variedade dos bens produzidos e consumidos. Superando a tentação de medir tudo em termos de eficiência e de intercâmbios e em relações de forças e de interesses, o homem deseja hoje substituir a estes critérios quantitativos, cada vez mais, a intensidade da comunicação, a difusão dos conhecimentos e das culturas, o serviço recíproco e a boa harmonia para levar por diante uma tarefa comum. O verdadeiro progresso não estará, acaso, num desenvolvimento da consciência moral que leve o homem a assumir o encargo das solidariedades ampliadas e a abrir-se livremente para os outros e para Deus? Para um cristão, o progresso encontra-se necessariamente com o mistério escatológico da morte: a morte de Cristo e a sua ressurreição e o impulso do Espírito do Senhor ajudam o homem a situar a sua própria liberdade criadora e reconhecida na verdade de todo o progresso e na esperança que não ilude.²⁶

3. OS CRISTÃOS PERANTE ESTES NOVOS PROBLEMAS

Dinamismo da doutrina social da Igreja

42. Diante de tantas questões novas, a Igreja procura fazer um esforço de reflexão, para poder dar uma resposta, no seu campo próprio, à expectativa dos homens. Se os problemas hoje, por um lado, se apresentam, como originais, dada a sua amplitude e a sua urgência, será que, por outro, o homem se acha desprovido para os resolver?

A doutrina social da Igreja acompanha os homens na sua busca diligente. Se ela não intervém para autenticar uma estrutura estabelecida ou para propor um modelo pré-fabricado, também não se limita a recordar alguns princípios gerais. Ao contrário, ela é algo que se desenvolve por meio de uma reflexão que é feita em permanente contacto com as situações deste mundo, susceptíveis de mudar, sob o impulso do Evangelho, qual fonte de renovação, enquanto que a sua mensagem é aceita na sua totalidade e nas suas exigências. Tal doutrina desenvolve-se também, com a sensibilidade própria da mesma Igreja, marcada por

uma vontade desinteressada de serviço e por uma especial atenção aos mais pobres; e inspira-se finalmente, ainda, numa experiência rica, de muitos séculos, que lhe permite empreender, na continuidade das suas preocupações permanentes, as inovações ousadas e criadoras que a presente situação do mundo exige.

Para uma maior justiça.

43. Tem de ser instaurada uma maior justiça pelo que se refere à repartição dos bens, tanto no interior das comunidades nacionais, como no plano internacional. Nas transações mundiais é necessário superar as relações de forças, para se chegar a pactos concertados, em vista do bem de todos. As relações de força jamais estabeleceram de fato a justiça de maneira duradoura e verdadeira, se bem que, muitas vezes, o alternar-se das posições permite encontrar condições mais fáceis de diálogo. O uso da força, de resto, suscita da outra parte o emprego de forças adversas, donde um clima de lutas que dá azo a situações extremas de violências e a abusos.²⁷

Mas, conforme já o temos afirmado muitas vezes, o dever mais importante de justiça é o de permitir a cada país promover o seu próprio desenvolvimento, no sistema de uma cooperação isenta de todo o espírito de domínio, económico e político. Certamente a complexidade dos problemas levantados é grande no emaranhado atual das interdependências. Impõe-se também ter a coragem necessária para empreender uma revisão das relações entre as nações quer se trate de repartição internacional da produção, de estrutura das permutas, de verificação dos lucros, de sistema monetário — sem esquecer as ações de solidariedade humanitária — quer de pôr em questões os modelos de crescimento das nações ricas, para transformar as mentalidades, abrindo-as no sentido da prioridade do dever internacional e para renovar os organismos internacionais, em vista de uma maior eficácia.

44. Sob o impulso dos novos sistemas de produção, as fronteiras nacionais explodem e vê-se aparecerem novas potências económicas — as empresas plurinacionais, que, dada a concentração e a flexibilidade dos seus meios, podem levar por diante estratégias autónomas, em boa parte independentes dos poderes políticos nacionais, e, portanto, sem controle sob o ponto de vista do bem comum. Ao estender as suas atividades, estes organismos privados podem conduzir a uma nova forma abusiva de dominação económica no campo social, cultural e político. A concentração excessiva dos meios e dos poderes, que era já denunciada por Pio XI, no 40º aniversário da *Rerum Novarum*, reveste-se de um novo aspecto concreto.

Mudanças de estruturas

45. Hoje em dia, os homens aspiram a libertar-se da necessidade e da dependência. Mas uma semelhante libertação começa pela liberdade interior que eles devem saber encontrar, defronte aos seus bens e aos seus poderes; eles não chegarão todavia a isso senão mediante um amor transcendente para com o homem e uma disponibilidade efetiva de serviço. De outro modo, está bem claro, as ideologias mais revolucionárias não têm como resultado senão uma mudança de padrões; instalados por sua vez no poder, estes novos padrões rodeiam-se de privilégios, limitam as liberdades e instauram novas formas de injustiça. Além disso, muitos chegam hoje a pôr-se o problema do modelo mesmo de sociedade. A ambição de várias nações, na competição que as opõe e as arrasta, é a de chegarem a atingir o poderio tecnológico, económico e militar; tal ambição opõe-se, portanto, à criação de estruturas, em que o ritmo do progresso seria regulado em função de maior justiça, em vez de acentuar as diferenças e de criar um clima de desconfiança e de luta que continuamente compromete a paz.

Significado cristão da ação política

46. Não será neste ponto que se patenteia uma limitação radical da economia? A atividade econômica, que é necessária, se está ao serviço do homem, pode "ser fonte de fraternidade e sinal da Providência"²⁸, ela é ocasião de intercâmbios concretos entre os homens, de reconhecimento de direitos, de serviços que se prestam e da afirmação da dignidade no trabalho. Apesar de ser frequentemente terreno de lutas e de dominação, ela pode abrir as portas ao diálogo e suscitar cooperações. No entanto, ela comporta o risco de absorver excessivamente as forças e a liberdade.²⁹ É por isso que a passagem da economia ao campo político se afigura necessária. Sob o termo "política", naturalmente, são possíveis muitas confusões e devem ser esclarecidas; entretanto, todos têm mais ou menos a sensação de que nos domínios sociais e econômicos — tanto nacionais como internacionais — a decisão última é do poder político.

Este poder, que constitui o vínculo natural e necessário para garantir a coesão do corpo social, deve ter como finalidade a realização do bem comum. Assim, há de ele agir com respeito pelas legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários, a fim de criar, eficazmente e para proveito de todos, as condições requeridas para atingir o bem autêntico e completo do homem, inclusive o seu fim espiritual; há de desenvolver a sua ação dentro dos limites da sua competência, que podem ser diversos, conforme os países e os povos; há de intervir sempre com uma preocupação de justiça e de devotamento ao bem comum, pelo qual ele mesmo tem a responsabilidade suprema; por outro lado, não deve subtrair aos indivíduos e aos grupos intermediários o campo próprio das suas atividades e das suas responsabilidades, atuando no qual contribuirão para esse bem comum. Efetivamente, "o objetivo de toda a intervenção em matéria social é ajudar os membros do corpo social; e não destruí-los ou absorvê-los".³⁰

Atendo-se, pois, à sua vocação própria, o poder político deve saber desvincular-se de interesses particulares, para poder encarar a sua responsabilidade pelo que se refere ao bem de todos os homens, passando mesmo para além das fronteiras nacionais. Tornar a sério a política, nos seus diversos níveis — local, regional, nacional e mundial — é afirmar o dever do homem, de todos os homens, de reconhecerem a realidade concreta e o valor da liberdade de escolha que lhes é proporcionada, para procurarem realizar juntos o bem da cidade, da nação e da humanidade. A política é uma maneira exigente — se bem que não seja a única — de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros. Sem resolver todos os problemas, naturalmente, a mesma política esforça-se por fornecer soluções, para as relações dos homens entre si. O seu domínio é vasto e abrange muitas coisas não é, porém, exclusivo; e uma atitude exorbitante que pretendesse fazer da política, algo de absoluto tornaria um perigo grave. Reconhecendo muito embora a autonomia da realidade política, esforçar-se-ão os cristãos solicitados a entrarem na ação política por encontrar uma coerência entre as suas opções e o Evangelho e, dentro de um legítimo pluralismo, por dar um testemunho, pessoal e coletivo, da seriedade da sua fé mediante um serviço eficaz e desinteressado para com os homens.

Compartilha das responsabilidades

47. A passagem à dimensão política exprime também um requisito atual do homem: uma maior participação nas responsabilidades e nas decisões. Esta aspiração legítima manifesta-se sobretudo à medida que se eleva o nível cultural, que se desenvolve o sentido da liberdade e que o homem se apercebe melhor de como, num mundo aberto para um futuro incerto, as opções de hoje condicionam já a vida de amanhã. Assim, João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra*³¹, fazia notar que um tal acesso às responsabilidades é uma exigência fundamental da natureza do homem, um

exercício concreto da sua liberdade, uma via para o desenvolvimento e, ademais, indicava como é que, na vida econômica e em particular nas empresas esta participação nas responsabilidades devia ser garantida.³²

Hoje o âmbito de tal participação é mais vasto; ele estende-se também ao campo social e político, em que igualmente tem de ser instituída e intensificada uma compartilha razoável nas responsabilidades e nas decisões. É certo que as alternativas propostas à decisão são cada vez mais complexas; as considerações a ter em conta são múltiplas e a previsão das consequências é aleatória, se bem que ciências novas se esforcem por iluminar a liberdade nestes momentos importantes. No entanto apesar das limitações que por vezes se impõem, estes obstáculos não devem reprimir uma difusão maior na comparticipação, na elaboração das decisões, na sua eleição e na realização das mesmas. Para contrabalançar uma tecnocracia crescente torna-se necessário criar formas de democracia moderna, que não somente proporcionem a cada homem a possibilidade de informar-se e de exprimir-se, mas também que o levem a comprometer-se numa responsabilidade comum.

Deste modo, transformar-se-ão os grupos humanos, pouco a pouco, em comunidades de comparticipação e de vida. A liberdade, que se afirma muitíssimas vezes como reivindicação de autonomia em oposição à liberdade de outrem, desabrochará na realidade humana mais profunda: comprometer-se e prodigalizar-se, para chegar a construir as solidariedades ativas e vividas. Mas para o cristão é ao perder-se em Deus, que o liberta, que o homem encontra uma verdadeira liberdade, renovada na morte e ressurreição do Senhor.

4. CONCLUSÃO: APELO À AÇÃO

Necessidade de se comprometer na ação

48. No campo social, a Igreja sempre teve a preocupação de assumir um duplo papel: o de iluminar os espíritos, para os ajudar a descobrir a verdade e a discernir o caminho a seguir no meio das diversas doutrinas que os solicitam; e o de entrar na ação e difundir, com uma real solicitude de serviço e de eficácia, as energias do Evangelho. Não foi porventura para ser fiel a este seu desiderato que a Igreja enviou em missão apostólica, para o meio dos trabalhadores, sacerdotes, que, compartilhando integralmente a condição operária, aí são testemunhas da sua solicitude, da sua diligência e da sua atitude de procura?

E a todos os cristãos que Nós dirigimos de novo, ainda e de uma maneira insistente, um apelo à ação. Na Nossa Encíclica *Populorum Progressio* (sobre o Desenvolvimento dos Povos), insistíamos já para que todos pusessem mãos à obra: "Os leigos devem assumir como sua tarefa própria a renovação da ordem temporal; se o papel da Hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que hão de ser seguidos neste domínio, pertence aos leigos pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida".³³ Seria bom que cada um procurasse examinar-se, para ver o que é que já fez até agora e aquilo que deveria fazer. Não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas palavras ficarão sem efeito real, se elas não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma tomada de consciência mais viva da sua própria responsabilidade e de uma ação efetiva. É demasiadamente fácil alijar sobre os outros a responsabilidade das injustiças se não se dá conta ao mesmo tempo de como se tem parte nela, e de como a conversão pessoal é necessária, mais do que qualquer outra coisa. Esta humildade fundamental servirá para tirar à ação todo o caráter de intolerância e todo

o sectarismo; além disso, ela evitará também o descoroçoamento em face de uma tarefa que pode parecer desmesurada. A esperança do cristão provém-lhe, antes de mais, do fato de ele saber que o Senhor está a operar conosco no mundo, em que Ele continua no seu Corpo que é a Igreja — e, por ela, na humanidade inteira — a Redenção realizada sobre a Cruz e que resplandeceu em vitória na manhã da Ressurreição.³⁴ Tal esperança provém-lhe igualmente do fato dele saber que outros homens estão também a operar no sentido de se empreenderem ações convergentes de justiça e de paz; existe, de fato, por detrás de uma aparência de indiferença, no coração de cada homem, uma vontade de vida fraterna e uma sede de justiça e de paz, que importa simplesmente fazer despertar.

49. Deste modo, na diversidade das situações, das funções e das organizações, cada um deve individuar a sua própria responsabilidade e discernir em consciência as ações nas quais está chamado a participar. Misturadas com as diversas correntes e a par das aspirações legítimas vogam também orientações ambíguas; por isso, o cristão deve operar uma seleção e evitar de se comprometer em colaborações incondicionais e contrárias aos princípios de um verdadeiro humanismo, mesmo que tais colaborações sejam solicitadas em nome de solidariedades efetivamente sentidas.³⁵

Se ele quiser, de fato, desempenhar um papel específico como cristão, em conformidade com a sua fé — aquele papel que os próprios não-crentes esperam dele — ele deve velar, no decurso do seu compromisso ativo, para que as suas motivações sejam sempre esclarecidas, para transcender os objetivos prosseguidos, com uma visão mais compreensiva, a qual lhe servirá para evitar o escolho dos particularismos egoístas e dos totalitarismos opressores.

Pluralismo das opções

50. Nas diferentes situações concretas e tendo presentes as solidariedades vividas por cada um, é necessário reconhecer uma variedade legítima de opções possíveis. Uma mesma fé cristã pode levar a assumir compromissos diferentes.³⁶ A Igreja convida todos os cristãos para uma dupla tarefa, de animação e de inovação, a fim de fazerem evoluir as estruturas e as adaptarem às verdadeiras necessidades atuais. Aos cristãos que parecem à primeira vista opor-se entre si, em virtude de opções diferentes, ela pede um esforço de compreensão recíproca das posições e das motivações uns dos outros; um exame leal dos seus comportamentos e da sua retidão sugerirá a cada qual uma atitude de caridade mais profunda, a qual, reconhecendo muito embora as diferenças, não acredita menos nas possibilidades de convergência e de unidade. "Aquilo que une os fiéis é de fato mais forte do que aquilo que os separa".³⁶

É certo que muitos, inseridos nas estruturas e nos condicionamentos modernos, são determinados pelos seus hábitos de pensar, pelas suas funções, quando não menos pela salvaguarda de interesses materiais.

Outros vivem tão intensamente as solidariedades, de classes e de culturas, que chegam a comungar sem reservas todos os modos de julgar e todas as opções do seu meio ambiente.³⁷ Cada um deve ter muito a peito examinar-se a si mesmo e fazer brotar em si aquela liberdade verdadeira segundo Cristo, que abre para uma visão universal no meio mesmo dos condicionamentos mais particulares.

51. É neste ponto também que as organizações cristãs, sob as suas formas diversas, têm igualmente uma responsabilidade de ação coletiva. Sem se substituir às instituições da sociedade civil, devem elas refletir, à sua maneira própria e transcendendo a sua mesma particularidade, as exigências concretas da fé cristã

para uma transformação justa e, por consequência, necessária, da sociedade.³⁸

Hoje, mais do que nunca, à Palavra de Deus não poderá ser anunciada e ouvida, senão na medida em que ela for acompanhada do testemunho do poder do Espírito Santo, a operar na mesma ação dos cristãos ao serviço dos seus irmãos, nos lugares onde está em jogo a sua existência e o seu futuro.

52. Ao confiar-lhe assim estas reflexões, Nós temos sem dúvida a consciência, Senhor Cardeal, de não ter acenado a todos os problemas sociais que se levantam hoje ao homem de fé e aos homens de boa vontade. As recentes declarações que temos tido ocasião de fazer — às quais se junta a sua Mensagem, por ocasião do lançamento do Segundo Decênio do Desenvolvimento — aquelas sobretudo que concernem aos deveres do conjunto das nações pelo que respeita à grave questão do desenvolvimento integral e solidário do homem, estão ainda presentes nos espíritos. Estas, que lhe dirigimos com a presente, propõem-se fornecer ao Conselho dos Leigos e à Comissão Pontifícia "Justiça e Paz" novos elementos, juntamente com um encorajamento, para a prossecução da sua tarefa de "despertar o Povo de Deus para uma inteligência plena do seu papel na hora atual" e de "promoção do apostolado no plano internacional".³⁹

É com estes sentimentos que lhe damos, Senhor Cardeal, a Nossa Bênção Apostólica.

Vaticano, 14 de maio de 1971.

PAULUS PP. VI

¹ Cf. Conc. Ecum. II do Vaticano, Const. Pastoral "Gaudium et Spes" (GS), 10, A.A.S. 58 (1966), p. 1033.

² A.A.S. 23 (1931), pp. 209 ss. Documentos Pontifícios nº 3.

³ A.A.S. 53 (1961), p. 429. DP 135.

⁴ A.A.S. 59 (1967), p. 258. DP 165.

⁵ Ibid., 257.

⁶ Cf. 2Cor 4,17.

⁷ Cf. Enc. Populorum Progressio, 25: A.A.S. 59 (1967), pp. 269-270.

Doc. Pont. n. 180 — 2

⁸ Cf. Apoc 3,12; 21,2.

⁹ Conc. Ecum. II do Vaticano, Const. Pastoral Gaudium et Spes, 25, A.A.S. 58 (1966), p. 1045.

¹⁰ Ibid. 67: p. 1089.

¹¹ Cf. Enc. Populorum Progressio 69: A.A.S. 59 (1967), pp. 290-291.

¹² Cf. Mt 25,35.

¹³ Conc. Ecum. II do Vaticano, Decr. Nostra Aetate, 5: A.A.S. 58 (1966), p. 743.

¹⁴ 37: A.A.S. 59 (1967), p. 276.

¹⁵ Cf. Conc. Ecum. II do Vaticano, Decr. Inter Mirifica, 12: A.A.S. 56 (1964), p. 149.

Doc. Pont. n. 180 — 3

¹⁶ Cf. Enc. Pacem in Terris, A.A.S. 55 (1963), pp. 261 ss.

¹⁷ Cf. Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1971: A.A.S. 63 (1971), pp. 5-9.

¹⁸ Cf. GS 74; A.A.S. 58 (1966), pp. 1095-1096.

¹⁹ Idem, Decl. Dignitatis Humanae, 1: A.A.S. 58 (1966), p. 930.

²⁰ A.A.S. 55 (1963), p. 300.

²¹ GS 11: A.A.S. 58 (1966), p. 1033.

²² Cf. Rom 15,16.

²³ Cf. GS 39: A.A.S. 58 (1966), p. 1057.

²⁴ 13: A.A.S. 59 (1967), p. 264.

²⁵ Cf. GS 36: A.A.S. 58 (1966), p. 1054.

²⁶ Cf. Rom 5,5.

²⁷ Cf. Enc. Populorum Progressio, 56 ss: A.A.S. 59 (1967), pp. 285 ss.

²⁸ Ibidem, 86, p. 299.

²⁹ Cf. GS 63: A.A.S. 58 (1966), p. 1085.

³⁰ Enc. Quadragesimo Anno: A.A.S. 23 (1931), p. 203; cf. Enc. Mater et Magistra; A.A.S. 53 (1961), pp. 414, 428; GS 74, 75, 76; A.A.S. 58 (1966), pp. 1095-1100.

³¹ A.A.S. 53 (1961), pp. 420-422.

³² Cf. GS 68, 75: A.A.S. 58 (1966), pp. 1089-1090; 1097.

³³ 21: A.A.S. 59 (1967), pp. 296-297.

³⁴ Cf. Mt 28,30; Flp 2,8-11.

³⁵ Cf. GS 43: A.A.S. 58 (1966), p. 1061.

³⁶ Ibidem, 93; 43: pp. 1113; 1061.

³⁷ Cf. 1Tess 5,21.

³⁸ Cf. Lumen Gentium 31: A.A.S. 57, pp.37-38; Apost. Actuosa. 5: A.A.S. 58.

³⁹ Carta Apost. Motu Proprio Cath. Christi Ecclesiam: A.A.S. 57, pp. 26 e 27.

"EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA"

INTRODUÇÃO — pág. 3

A SALVAÇÃO INAUGURADA POR CRISTO — pág. 3

A MISSÃO DA IGREJA — pág. 4

O HOMEM SER SOCIAL — pág. 4

A ORIGEM DA SOCIEDADE POLÍTICA — pág. 4

OS MODELOS — pág. 4

DIREITOS E DEVERES DO ESTADO — pág. 4

DEVERES DAS PESSOAS PARA COM O ESTADO — pag. 5

O BEM COMUM — pág. 5

A MARGINALIZAÇÃO COMO NEGAÇÃO DO BEM COMUM — pág. 5

A PARTICIPAÇÃO — pág. 5

LIBERDADE E SEGURANÇA — pág. 6

OS REGIMES DE EXCEÇÃO — pág. 6

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO — pág. 7

A COMUNIDADE INTERNACIONAL — pág. 7

CONCLUSÃO — pág. 7

"OCTOGESIMA ADVENIENS", de Paulo VI

INTRODUÇÃO

O apelo universal por mais justiça — pág. 10

A diversidade das situações dos cristãos no mundo — pág. 10

A mensagem específica da Igreja — pág. 10

Ampliação das mutações atuais — pág. 11

NOVOS PROBLEMAS SOCIAIS

A urbanização — pág. 11

Os cristãos na cidade — pág. 11

Os jovens — pág. 12

O lugar da mulher — pág. 12

Os trabalhadores — pág. 12

As vítimas das mutações — pág. 12

As discriminações — pág. 12

Direito à emigração — pág. 13

Criar pontos de trabalho — pág. 13

Os meios de comunicação social — pág. 13

O meio ambiente — pág. 13

ASPIRAÇÕES FUNDAMENTAIS E CORRENTES DE IDÉIAS — pa 14

Vantagens e limitações dos reconhecimentos jurídicos — pág. 14

A sociedade política — pág. 14

Ideologias e liberdade humana — pág. 14

Os movimentos históricos — pág. 15

A atração das correntes socialistas — pág. 15

Evolução histórica do marxismo — pág. 15

A ideologia liberal — pág. 15

O discernimento cristão — pág. 16

O renascer das utopias — pág. 16

A interrogação das ciências humanas — pág. 16

A ambiguidade do progresso — pág. 17

OS CRISTÃOS PERANTE ESTES NOVOS PROBLEMAS — pág. 17

Dinamismo da doutrina social da Igreja — pág. 17

Para uma maior justiça — pág. 17

Mudanças de estruturas — pág. 17

Significado cristão da ação política — pág. 18

Compartilha das responsabilidades — pág. 18

CONCLUSÃO: APELO À AÇÃO — pág. 18

Necessidade de se comprometer na ação — pág. 18

Pluralismo das opções — pág. 19